

A CRISE DA J. E. C. FRANCESA

«Uma crise não é mais repentina que uma doença: declara-se com uma brusquidão aparente, mas sempre precedida por um estado de má disposição e desequilíbrio.»

Joseph Folliet — Le Monde — 30-4-65

NO Páscoa de 1964, no concelho nacional da J. E. C. francesa, estando presentes 180 dirigentes de diferentes dioceses, foi aprovado por unanimidade que «antes de todo e qualquer trabalho de evangelização é necessário provocar reformas...» Meses mais tarde quando começa a crise propriamente dita, Mons. Veuillot faz notar que a J. E. C. se esquece um pouco da missão da Igreja, e acrescenta: «Para mim só há uma palavra de ordem: evangelização antes de tudo. O resto só vem depois.»

Quando aquele prelado exige a demissão dos dirigentes gerais dos ramos masculinos e feminino estes respondem por intermédio de Henri Nallet, secretário geral, que não podem ser demitidos por uma declaração que compromete o movimento inteiro. Além disso, acrescenta, os jecistas não querem a nossa demissão; e foram eles que nos elegeram.

Os estatutos da Acção Católica de qualquer país expressam claramente que os seus dirigentes, podendo embora ser eleitos, ao Bispo cabe em última análise o poder de confirmar essa eleição conferindo-lhes, em nome da Igreja, o mandato. Nisto se baseia a hierarquia para afirmar que não permite de forma alguma que a J. E. C. se pronuncie sobre assuntos que mesmo indirectamente possam provocar uma afirmação de posição política dum movimento que não só é da Igreja, como também Igreja. Refere-se concretamente ao facto de o conselho nacional ter aprovado «que se permita aos jovens expremirem-se sobre os condicionamentos da Escola e sobre os meios pedagógicos e de ensino, contestando-os se necessário». Não há dúvida de que a Igreja, a continuar com a sua política de exagerada e pouco metódica prudência, fazendo dela um vício e não uma virtude, negará a todos os que trabalham com a hierarquia num movimento de apostado que se pretende positivo, qualquer direito de se pronunciar sobre assuntos que possam imiscuir uma pequena sombra que seja de temporal. Lógicamente, negar-lhes-á o direito de se pronunciar sobre Cristo. Perante esta contradição não vale o argumento de que os católicos filiados na J. E. C. podem procurar outros meios de apostolado independentes da autoridade eclesiástica, porque estejam onde estiverem cabe-lhes a obrigação de militar sempre nos «postos avançados da Igreja, bem como inquietá-la no seu conjunto, acordá-la quando adormece face aos escândalos e lembrar-lhe a Justiça quando ela se debruça simplesmente sobre os pobres». Este pensamento emitido pelos dirigentes «rebeldes» encontra-se nitidamente na linha de orientação do Papa João XXIII, sobre a reabilitação dos leigos à face da hierarquia. Assim estes dirigentes, conscientes como parte dos actuais católicos, proclamam que o Concílio lhes concedeu a maioridade — com a consequente liberdade — ao fim de vinte séculos em que as suas vozes foram sistematicamente ignoradas quando não propositadamente emudecidas. É por isso que alguns Bispos, lembrando-se com saudade amarga dos «velhos e bons tempos» em que o seu pensamento era lei, tentam ainda impor-se por meio duma velha frase, só usada como argumento decisivo pelas minorias quando sentem fugir-lhes a razão: quem está mal muda-se.

Mons. Veuillot, admirador incondicional deste estilo de pensamento — actualizadíssimo, ora essa — ao tempo que exige a demissão dos dirigentes que lhe parece comprometer em a neutralidade (?) da Igreja prepara um comunicado à imprensa declarando que o extraordinário número de demissões que se seguiria no programa, se devia a razões puramente pessoais. Eles, por razões obviamente mais gerais, recusaram a única forma de retirada que lhes era imposta. A partir desta altura — para alguns, apenas para alguns — a atitude destes últimos toma o aspecto de birra passageira de meninos muito pequeninos e muito mal-criadinhos a quem se retira a chucha — neste caso o mandato. Começa então a surgir o perigo de que a minoria militante nas ideias de Mons. Veuillot abandone o movimento. Nenhuma das partes o deseja. Há no entanto uma pequena diferença entre as duas posições: embora Mons. Veuillot afirme convictamente que não crê que se tenha de algum modo «violado a liberdade de expressão dos jovens» e que «a questão consiste simplesmente em aceitar limites à acção do movimento impostos pelo próprio fim sobrenatural da Igreja», não se

SERVÍÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

SERVÍÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO



importa de sacrificar a maioria consciente à minoria, recusando o diálogo que os dirigentes sempre tentaram.

Finalmente, numa posição semelhante à crise de 1957, demitiram-se os secretários gerais das J. E. C. masculina e feminina, bem como mais 15 dirigentes masculinos em 27 e 13 femininos em 18. Consideraram, e aí o único erro, que para além de discutivelmente mais obediente à hierarquia, a atitude assumida era mais fiel à Igreja. Agora, como tantos e tantos outros, têm que acreditar que «Deus escreve direito por linhas tortas».

O episcopado francês acalmou e cada vez mais certo da sua força que devia ser apenas espiritual, segundo a linha de conduta que ele próprio aconselha (para os outros, bem entendido), deve no momento celebrar «Te-Denny» vários de acção de graças pela paz estabelecida. Este engano provocará decerto outras crises, visto que a base do problema não foi solucionada: podem ou não os dirigentes do movimento Acção Católica comprometerem-na num plano temporal ainda que sindical? Os estatutos dizem apenas que enquanto dirigentes daquele movimento, não podem ser simultaneamente dirigentes políticos. Esta limitação, embora grave, é única. Logo não tem razão de ser a acusação de que a J. E. C. se ligou demasiado à U. N. E. F. (União Nacional dos Estudantes de França), para mais quando foi em parte obra da J. E. C. a Carta de Grenoble que em 1945 a criou. A hierarquia não o ignora e nunca se pronunciou sobre o facto... mas alega que a orientação dada à Acção Católica não corresponde à sua intenção. Sem ser necessário discutir neste plano, consideremos um pouco este termo: Acção Católica. Com a palavra acção incluída no seu nome este movimento diferencia-se claramente de todos aqueles, mais místicos, cujo apostolado é feito exclusivamente pela oração — o que de forma alguma os invalida se os considerarmos como expressão de propensões naturais de alguns indivíduos. Mas o facto é que há uma diferença marcada entre as duas formas de apostolado, pois se a segunda prescinde do contacto pessoal e directo, a primeira considera-o fundamental para concretização prática da oração. Ora o contacto directo e diário de pessoa para pessoa numa comunidade de jovens que estudam não pode alhear-se de certos problemas fundamentais, precisamente porque diários, como são as condições que possuem para que o estudo seja realmente um progresso e não um mero passatempo, principalmente quando a maioria dos estudantes não tem as necessárias condições económicas para poder, à vontade, considerar passatempo muitos anos da sua juventude, nos quais necessita de se esgotar para conseguir frequentar o ensino superior.

★

A revista francesa «Témoignage Chrétien» foi violentamente censurada pelo episcopado por ter permitido que Roger Garaudy, inserisse um artigo nas suas colunas. George Montaron, director daquela revista, respondendo à censura que lhe fora feita, objectou que «eles (os marxistas) são nossos irmãos; e estão, também, em busca da Verdade»... Porquê, então?

Por esta altura a J. O. C. (juventude operária católica) faz sair um comunicado em que critica ásperamente a atitude do episcopado francês em relação a «Témoignage Chrétien».

★

Há poucos dias Mons. Paillet, arcebispo-coadjutor de Rouen declarou que existe o perigo sério de um cisma na Igreja Católica. Acrescentou que as cartas que tem recebido ultimamente mostram a clara intenção de os seus signatários se recusar à obediência à hierarquia, pelo menos no sentido vulgar em que o termo «Obediência» tem sido interpretado, ou seja: obediência cega, porque há uns que mandam e outros que obedecem.

De notar que ao contrário dos anteriores cismas na Igreja Católica, este, a dar-se, teria origem na extrema-direita da mesma igreja.

J. R. M.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO



na exploração metódica de um cozinhado infalível. Parafraseando o poeta: toma-se um actor (sabor latino de preferência), agita-se bem, leva-se ao lume a alourar e serve-se quente com cebolinhas e umas folhas de alface. Nestes pratos o segredo está menos na qualidade da matéria-prima do que nos temperos.

Rodolfo Valentino nunca foi um grande actor, nem era essa a sua missão. Pedia-se-lhe apenas que colocasse bem a mercadoria e ele era mestre nessa arte. o seu modo de representar, calculado a milímetro, todo ele feito de longos olhares inflamados, de bruscas violências, de um ricto da boca, ora doce ora amargo, atingia o alvo com assombrosa precisão. A sua eficácia calculava-se na proporção directa da potência sexual de que vinha carregado.

Hollywood tem periodicamente a tentação de reeptir o processo. Rory Calhoun, há anos, Rossano Brazzi depois, hoje John Saxon, incarnam o homem latino tal como a América o sonha. Mas o processo falha. Há quarenta anos a Europa era um continente longínquo, o amante latino um troféu raro para exibir em sociedade. Hoje, Paris, Roma ou Madrid, perdidas as qualidades míticas, não são mais do que etapas obrigatórias, mas passageiras, na educação sexual da jovem americana. A hora do devaneio e dos exercícios de estilo.

O «charme» de Valentino? Os prestígios inigualáveis do ortocromático.

A. S. S.

NANOOK OF THE NORTH (1922) —
Robert FLAHERTY

Se hoje em dia nos parece de rever a importância do autor de Nanuk, é porque o que está em causa é o problema do documentário e não as suas qualidades de documentarista. entre Flaherty e Fritz Patrick ou João Mendes vai de facto a mesma distância que entre Renoir e Duvivier ou Walsh e Michael Curtiz. O problema é de saber porque razão um plano de Christopher Plumber atravessando os Everglades nos diz tanto como um verso do Bateau Ivre e Napoleão Ulysses Latour andando pelas mesmas paragens nos deixa pouco mais do que indiferentes? O mesmo se pode perguntar a respeito dos Savage Innocents do mesmo Nick com-

SERVÍCIOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

DIALOGO E DESALIENACAO IDEOLOGICA

«Para dialogar,
preguntad, primeiro:
depuées... escuchad.»

(António Machado)

1. Os debates que, em forma dialogante e contraditória, se têm processado nas páginas de O TEMPO E O MODO, nos últimos números, são um sintoma significativo de uma situação circunstancial subjacente, em conjuntura de crise e de expectativa, que se traduz em cada consciência responsável, individual e colectivamente, por um auscultar ainda hesitante de interrogações e respostas, pelo tatear ainda ambíguo de um confronto.

Os tempos dos dogmatismos ideológicos, de raiz e cepa vária, parecem hoje, apesar das resistências aqui e ali tenazes, em vias de declínio irremediável. Mas a dialéctica interna de cada sistema, que vai corroendo as ilusões monolíticas de que alguns são ainda nostálgicos, é condicionada por outras dialécticas mais complexas e mais amplas, que mutuamente se interferem como os círculos concêntricos de múltiplas pedradas num charco.

Para nos ater à olivagem mais chamada a terreiro, a que existe entre católicos e não-católicos — e adentro é óbvio de uma polarização progressista comum no plano da praxis —, temos de constatar que em cada um destes sectores os pontos de referência da discussão se não situam apenas, nem antes de mais, do outro lado da barreira, mas aquém dela. Os diálogos são pois vários e imbricam-se por vezes uns nos outros: fala-se para terceiros por cima da cabeça do interlocutor imediato. Ou monologa-se: o que não é de resto senão o reverso dum paradoxo já notado por Unamuno, o qual dizia que certos monólogos costumam ser, de facto, «mono-diálogos». Neste caso poder-se-ia falar antes de dia-monólogos — perdoe-se o neologismo. E, neste momento, quem sabe se não é esta mesmo uma atitude saudável. Importa que cada um resolva em si próprio (o que não quer dizer «em família», como alguns prefeririam) os seus problemas, clarificando-se por dentro a fim de se tornar translúcido aos outros. O que é, no fundo, um esforço difícil de lucidez: toda a auto-crítica, como se sabe, custa sempre mais a fazer do que uma crítica. Mas, para dar um exemplo extremo, como poderia um marxista, sem se «destalinizar», travar com um católico um diálogo fecundo sobre o Concílio? Ou vice-versa, como poderia um católico, à hora da encíclica *Rerum Novarum*, discutir útilmente com um marxista sobre a polémica ideológica entre soviéticos e chineses?

A ambiguidade de certos confrontos resulta, por outro lado, dum pano de fundo que negativamente condiciona todas as tomadas de posição. Definir-se contra é já encontrar um denominador comum; e, quando este se impõe como momentaneamente fundamental, há tendência a relegar tácitamente para a sombra tudo o que distingue, a fim de melhor revelar à contra-luz o que une. É esta uma atitude que, necessária no plano da acção, só aparentemente, e mesmo a curto prazo o é, no plano do diálogo ideológico. Ela é responsável pelos epílogos sem futuro de várias (e mais exemplares!) resistências. Por isso julgamos pertinentes a afirmação já aqui produzida de que é importante delimitar os pontos de divergência para que os pontos de convergência se definam com precisão e confiança, mas sem ilusões perigosas. Infelizmente, é vício muito vulgar entre nós o que, segundo o vocabulário, uns designarão por reserva mental e outros, mais chãmente, por compromissos tácticos. O debate não se reduz nunca, assim, a um simples plano de princípios, a não ser para neófitos ou ingénuos. Ele desemboca, inevitavelmente, no problema dos métodos. A ponto de este se tornar, desde logo, uma questão de princípio.

A acrescentar a isto, e agravado ainda pelo citado condicionalismo, há a ter em conta o desajuste da linguagem entre interlocutores de diversa procedência, com todas as querelas semânticas inerentes. Se é sabido que cada filosofia cria o seu vocabulário específico (que traduz antes de mais uma exigência interna de rigor de expressão), ao nível, no entanto, em que geralmente decorrem os termos de certos

ARQUIVUS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

diálogos, verifica-se um processo que Henri Lefèbvre com propriedade classificou de degradação da filosofia em ideologia e da ideologia em linguagem. No nosso caso, a forma necessariamente oblíqua que toma a abordagem de certos problemas aumenta a imprecisão do juízo e da sua comunicação ou entendimento, ocultando-os por detrás de uma rede de alusões e conceitos especiosos, contra os quais alguns lutam enquanto outros neles se comprazem ou intencionalmente se refugiam. E se, neste aspecto, há que reconhecer a existência de desigualdades entre tais e tais dialogantes, isso não constitui no entanto desculpa para ninguém, mas prevenção a exigir cuidados exegéticos, que nem sempre se ponderam. Assim, ou se entende o que lá não está, ou não se alcança o alvo da pontaria, ou se fica de pé atrás quanto ao móbil último duma afirmação. Haveria, até por medida de higiene intelectual, que falar uma linguagem clara e sempre que possível exacta, o que não implica com a originalidade dos estilos.

Passando do campo por assim dizer formal da questão ao fundo dela, dado que se tem tratado essencialmente, nos diálogos aqui travados, de assumir-se cada um em totalidade perante uma situação que atrás chamei de circunstancial, o que tudo vai desembocar quase sempre, por diversas vias, ao plano político, no sentido amplo do termo, há por vezes uma tendência abusiva a reduzir ao relativismo de uma dada praxis imediata os vários níveis (filosófico, religioso, ético, sociológico, etc.) em que as divergências se traduzem, o que dá lugar a não pequenos equívocos, pela desfocagem consciente ou inconsciente do objecto de discussão. Passa-se de um campo a outro, amiúde, por uma insensível traslaccção do discurso reflexivo, sem ter em conta as mediações necessárias, nem a especificidade dos instrumentos e métodos de análise. Justapõe-se, ou sobrepõe-se mesmo, problemas que, embora inter-relacionados, o são complexa e não mecânicamente. A atracção das totalizações apressadas (que já Sartre designou por «fetichismo da totalização») revela quase sempre uma assimilação superficial de certas correntes do pensamento moderno: assim, às exigências da *compreensão* prefere-se a *explicação* a partir de concepções todas feitas, caindo-se não raramente em extrapolações temerárias, em nome de dialécticas primárias ou de metafísicas abstractas. Ora é neste terreno que, precisamente, bebem as ideologias e enraizam as respectivas alienações. O diálogo é um antídoto a contrapôr-lhes, com a condição de se não fazer com viseiras, ao contrário do que acontece nos combates de esgrima.

2. Mas exemplifiquemos. Peguemos num problema aqui levantado, significativamente, por dois não-católicos (ou melhor, por um *já não* católico e por um agnóstico). Trata-se da análise das causas, significado e formas do *engagement* do católico, ou mais geralmente do crente, perante o processo de transformação social e histórica: isto é, para sermos mais claros, da sua inserção na realidade política.

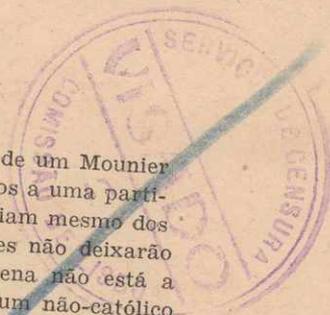
Mas o primeiro desses interlocutores, Manuel de Lucena, a demarcação entre reformismo e acção revolucionária seria função, além do mais, da crença ou não crença numa compensação extra-terrena, o que motivaria, respectivamente, as soluções harmonicas dos católicos (logo a reforma) e o sentimento de urgência dos ateus (logo a revolução). Passando por cima da dicotomia esquemática apenas queremos notar um facto sintomático, revelador da traslaccção dos níveis de discussão a que atrás aludimos: o apelo, por parte de um dialogante cuja filosofia da história é hoje, presumivelmente, não-idealista, a uma argumentação que faz intervir como determinante de um dado *engagement* a assumpção ou não assumpção de uma perspectiva metafísica, colocando o debate não no terreno da realidade histórica, mas num plano que seria de esperar ver invocar, não por eles, mas por um dialogante católico. E, no entanto, há muitos católicos, e dos melhores, que não começam por invocá-lo, quando discutem, lúcida e realistamente, destas questões temporais. Posto isto, fica por explicar um problema muito simples: por que há então católicos revolucionários (ou talvez melhor, revolucionários católicos) e ateus reformistas? É que este problema situa-se em grande parte, embora não exclusivamente, nem por um reflexo determinista, a um nível de que Manuel Lucena — por diplomacia — pretende fazer tábua rasa, dispensando-se de pesar coisas muito pesadas, como ele próprio diz. A sua óptica de abordagem da questão traduz uma atitude que está hoje afinal ultrapassada

ARTICULOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

pelos católicos de boa vontade a que alude: o humanismo personalista de um Mounier e dos seus discípulos há muito que a superou. E os católicos mais abertos a uma participação no diálogo (entre eles com certeza muitos não-reformistas) seriam mesmo dos primeiros a distinguir claramente os dois níveis de discussão, pois eles não deixarão certamente de ter consciência de que, neste debate, Manuel de Lucena não está a fazer neles apelo às preocupações de apostolado. Por que vem então um não-católico reincidir, de um ponto de vista laico, num falso problema? Seria mais fecundo, quer de uma perspectiva de convergência na acção, quer de um ângulo de iluminação da divergência das motivações, fazer avançar o diálogo chamando-o à área da verdade.

Em resposta a Manuel de Lucena, vem Vasco Pulido Valente (outro não-católico, o que confirma a nossa observação inicial de que o diálogo começa hoje por estabelecer-se de cada lado da barreira) contestar, num sentido em parte coincidente com as considerações que acabamos de fazer, os pressupostos metafísicos da discussão, fazendo-a deslocar antes para uma problemática existencial. Neste campo o diálogo em causa ganha sem dúvida uma maior acuidade filosófica e apresenta uma maior riqueza de confrontos no plano da acção e da realidade histórica. A atitude do crente e do não crente perante o problema da dor (na sua dupla dimensão pessoal e social) será ela uma simples pedra de toque das suas posições respectivas na luta contra as várias formas institucionalizadas do sofrimento humano, ou fundamentá-las-á a partir de uma irredutibilidade de sentidos, no plano do ser e da existência? Mais uma vez, ao pôr o acento no facto de que ao católico «um certo caminho lhe está aberto, que não passa pelas soluções humanas, para vencer a dor» (o que implica, por exemplo, que perante a dor concreta da fome, ele, católico, «lutará... para a terminar, morrerá eventualmente por tal, mas mesmo agora não deverá considerar, nem considerar, isso o principal, isto é condição necessária e suficiente à felicidade terrestre»), este não-católico faz no fundo intervir um limite, à adesão do católico a uma perspectiva revolucionária, em vez de contribuir para o ajudar a superá-lo — e isso em nome da mesma prevenção que critica a Manuel de Lucena. A questão resvala ainda aqui para uma sede que, sendo propícia ao agitar de velhas paixões, escapa ao âmbito possível de diálogo, pois será do foro íntimo do católico — e de cada católico —, o buscar nas raízes últimas da fé uma justificação e aceitação, ou pelo contrário uma responsabilidade total e portanto uma luta pela negação, das dores terrestres. E se, historicamente, as duas atitudes encontram exemplificação, as razões são igualmente de ordem histórica e não metafísica. Isto o aceitam hoje, assumindo-lhe as consequências, os católicos que se arrogam uma fidelidade às origens, isto é, ao humanismo cristão, e não às suas alienações temporais. Ora é da eliminação destas, como de todas as alienações humanas, que, numa empresa comum de fraternidade, a qual pode ser entre outras coisas de colaboração política, interessa discutir, com toda a consciência da diversidade de sentidos que cada um, católico ou não-católico, incorpora ou cria através da acção vária e una.

Mas para que uma tal empresa passe do inferno, ou do limbo, das boas inten-



SEMPRE
SERVIÇO DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

ções, é necessária uma reciprocidade de *in-teligência* (sem prejuízos ideológicos) e de *sim-patia* (sem protocolos diplomáticos) que incida sobre o essencial e não sobre o accidental das convergências e divergências. E ela nunca será viável através de simples concessões superficiais e aparentes, mas sim de uma cooperação exigente e intransigente na busca da verdade. Ora, ainda a propósito do diálogo citado, não pode deixar de notar-se, por vezes, mais um esforço de mimetismo do que uma objectividade de concordância, quer da parte de certos católicos quer do lado de certos não-católicos. O que quer dizer que não se saiu, por enquanto, completamente dos domínios táticos. Se não há que confundir intransigência de princípios com sectarismo, também não há que confundir tolerância com complacência. E é mais fácil, e portanto perigoso, conciliar dum ponto de vista oportunista o sectarismo com a complacência, do que, a partir duma coexistência e convivência autênticas, fazer uma síntese da intransigência e da tolerância. A alienação está tanto no dogmatismo ideológico que faz violência à realidade como no empirismo sem princípios que procura adaptar-se-lhe, em nome de uma qualquer eficácia.

3. Não tendo querido entrar aqui propriamente neste ou noutros diálogos, e não tomando portanto neste artigo os católicos e não-católicos senão como um exemplo (é a altura de esclarecer que a entrar no debate o faríamos como não-católico), pretendemos apenas levantar algumas questões prévias, que nos parecem o pressuposto de um confronto lúcido entre as consciências responsáveis das novas gerações. É necessário, antes de mais, que *realizemos* todas as condições que nos permitam pensar e agir fora dos habituais sistemas em vaso fechado, substituindo-lhes a capilaridade dos vasos comunicantes.

Apesar dos entraves levantados pelas várias ortodoxias a tudo o que faça confluir, sem pretensões de hegemonia de quem quer que seja, os esforços de transformação das estruturas rígidas que formam o subterrâneo do diálogo, a experiência até aqui feita — e de que é paradigma O TEMPO E O MODO — mostra que há que continuar a lutar por afugentar os espectros, próprios e alheios. E embora, como de início afirmámos, o momento nos pareça ainda de espectante interrogação e proponha por vezes respostas ambíguas (não estamos preparados para, humildemente, aprender a lição do poeta de perguntar... e escutar!), há já um ponto de partida a propiciar confiança.

Entre nós, na verdade, como aqui se disse, «todas estas coisas estão no princípio». Mas, por isso mesmo, importa não as viciar desde logo, criando novas alienações a pretexto de lutar contra as existentes. É essencial que permaneçamos vigilantes uns para com os outros, se queremos manter-nos inteiros, nas partes e no todo, até ao fim. A esta mesa comum e livre de diálogo.

JOSÉ SEABRA SEABRA

SERVÍCIOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

em/ 3-6 /65

Prova n.º 177

Saída em 28/4/65



muito à espiral de uma ideia — com a diferença, porém, de que ao fim da escada temos a porta, e ao terminar o curso da ideia, «não temos nada». Assim é preciso.

Durante oito anos, que pareceram a Junius passados no Paraíso, Junius teve um preto à sua guarda; com o andar dos anos, e porque o preto era muito inteligente, inverteram-se os papéis, ficando Junius (de seu apelido Nescior) à guarda do preto; e este, nos intervalos das refeições ou (por motivos nobres ou pelo menos fiéis), quando o preto deixava de escutar às portas, de telefonar, de ler o jornal, de perguntar «pela mamã, se mamã existe, se mamã o vê» — o preto Jonatas sorria, sorria, sorria possivelmente. Era preciso.

Bem que Junius quisera, por exemplo (ele confessou-mo, nos tempos da sua Primeira Comunhão) apascentar nuvens caídas na terra, cobrindo a terra de azul («foi assim, sabes, que se formaram os rios; não é nada do outro mundo; não te rias; eu penso que ainda é verdade, que os pretos (não, Jonatas não!) têm todos o poder, nas suas mãos se tremem, de pôr a correr mais rios à vontade deles, todos para o mesmo ponto, longe, e depois despir-se e banhar-se neles; é preciso, sabes, dizia-me Junius muito sério, fazer coisas dessas muitas vezes!»)

Ou antes: o desejo de Junius consistia, por mais absurdo que tal pareça a quem não gosta de erva (para nada, para nada) escolher um sítio coberto há pouco tempo com erva da tal — e comer, comê-la, devagarinho, muito devagarinho (ouvindo música sem música, mas música!), ir entretanto fazendo versos jamais escritos ou sequer pensados (o que se pode dizer pensar é sempre motivo de atraso no pensamento) de modo a que todos entendam. Ou então não fazer isso nem o contrário disso: colocar-se num meio-da-estrada, disposição esta que, marcando o ponto — sem cálculo nenhum,

ae

2

apenas por vocação, se pode e deve chamar pelo seu verdadeiro nome: O Sítio da Indiferença, o sítio eleito. Por Junius, é claro.

E está claro, pelo menos para nós que Os vimos, que é necessário acreditar nos Poderes Sobrenaturais. Que não pertencem a Deus, como geralmente se acredita que pertencem sim (Junius não o sabe, porque Junius aprendeu a ler nos Evangelhos, e a respeito de o que está de fora, quer dizer alguém, mostra-se Junius bastante circunspecto) — que pertencem sim, em trezentos e sessenta e cinco dias do calendário romano: ~~à meretriz de primeira classe pintada por Rouault, ao seu amante chulo, à minha prima Vitória que enviuvou ^o que antes de enviivar já era p/~~, ao marido dela que eu conhecia e me metia medo, ao sacristão da paróquia aos «coroinhas» (delicioso termo...) ~~que misturam na igreja o cheiro virgem da terra ao cheiro adocicado do sêmen~~ e de quem as mães, pobres, geralmente, na pátria de Junius, se orgulham de ter... arranjado um futuro. «Meus filhos, meus filhos, meus queridos filhos, — pedi por mim perdão a Deus, — e que ele nos ajude, nos ajude!».

Deus precisa ajudar o coração dos homens. Tanto como nós. Tanto como Junius.

Lisboa, 13-14 de Fevereiro de 1958.

(Do livro a publicar: *Poesia III*)

RAUL DE CARVALHO

SERVIGOS DE CENSURA
AUTORIZADO
(SEDE)
COM
CORR

Provas remetidas à Censura

em 24-5/65

Prova n.º 98

Saída em 28/4/65

lio dos países abastados, qualquer que seja a estrutura política adoptada por este ou aquele país, desde que ela seja eficaz e corresponda às aspirações de dignidade e justiça próprias dos nossos contemporâneos. Parece que no fim deste desenvolvimento, e não antes, estes países encontrarão a democracia no sentido europeu da palavra, pois esta, desprovida de estruturas económicas e sociais adequadas, é apenas um modelo jurídico abstracto. Uma riqueza demasiadamente grande perante uma miséria demasiadamente grande no seio de qualquer país, não permite o jogo equilibrado das forças sociais e desemboca fatalmente numa paródia de democracia. Não se pode exigir, de um dia para o outro, que um país 95 % analfabeto e miserável brinque «à República Francesa». Neste sentido, a atitude aberta, adoptada no relatório Jeanneney é um exemplo a seguir. Não há dúvida que o dever dos países que prestam auxílio aos subdesenvolvidos é bem o que M. J. M. Jeanneney propõe à França: «É preciso conduzir os países auxiliados a tornarem-se verdadeiras nações, desenvolvendo-se para si próprias e por si próprias, tendo uma consciência crescente da sua personalidade. Devemos reconhecer e até proclamar o seu direito permanente a uma escolha livre de política, fazer o que estiver ao nosso alcance para que estas escolhas sejam as da própria nação, respeitá-las e dar o nosso concurso desinteressado para a sua realização»¹.

¹ La politique de cooperation avec les pays en voie de developpement. Paris, 1963, p. 47.

Por agora, parece difícil que estes países escapem a regimes autoritários. ~~Salvo raras excepções, vemos que todos os países novos conhecem a fatalidade do «partido único», com as vantagens e os inconvenientes que ele comporta. E mesmo nos velhos países subdesenvolvidos da América Latina pode-se dizer que a democracia não é, muitas vezes, senão uma tragédia entre duas ditaduras militares, se aceitarmos falar de democracia, onde reinam estruturas económicas e sociais arcaicas.~~

Estas realidades exigem uma mudança da óptica habitual e, portanto, uma revisão da política exterior de muitos países desenvolvidos, particularmente, da dos Estados Unidos. É incontestável que o auxílio aos países subdesenvolvidos não pode ser subordinado à aceitação do respeito sacro-santo dos interesses privados americanos. E como tirar partido eficaz da Aliança para o Progresso, quando o Congresso dos Estados Unidos votou em Outubro de 1963, uma modificação à lei sobre o auxílio ao estrangeiro, na qual os Estados Unidos se reservam o direito de suprimir toda a assistência aos países, cuja política for prejudicial aos investimentos privados americanos. Portanto, se um país, para fazer face às necessidades do seu desenvolvimento, desejar empreender nacionalizações e reformas estruturais que lesem os interesses das grandes companhias americanas, ele deverá renunciar ao auxílio, ou renunciar ao desenvolvimento. Não seria mais prudente estabelecer no orçamento de auxílio, uma rubrica destinada a fazer face às eventuais nacionalizações? No quadro duma política de desarmamento, as somas dispendidas permitiriam largamente resolver este problema. Em todo o caso, pode-se perguntar em que medida o liberalismo económico actual — mesmo evadido de diri-



SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
AUTORIZADO COM CORTES